



11

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

156
15

SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO Nº Nº 199085-8/01 (2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE RECIFE)

RECORRENTE: Estado de Pernambuco

RECORRIDO: CLODOALDO RODRIGUES MONTEIRO E OUTRO

RELATOR: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

Suficiente
6-6-01

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA. NÃO OBSTANTE O PEDIDO, ESTE NÃO FOI APRECIADO. PROVAS NOS AUTOS DA PROBREZA DOS APELADOS. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. NÃO CONDENÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. POSSIBILIDADE.

1. A Lei nº 1.060/50 no seu artigo 2º, diz que gozarão dos benefícios da justiça gratuita aqueles que necessitarem ingressar em juízo e forem pobres na forma da lei. Ademais, no seu parágrafo único estabelece que se considera necessitado, para os fins legais, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família. Outrossim, essa mesma lei disciplina que para a concessão do benefício basta a simples afirmação da parte, na petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.

2. Além dos Apelados terem requerido os benefícios da justiça gratuita, eles acostaram aos autos seus contra-cheques, demonstrando que percebiam quantia incompatível para o sustento e o pagamento de custas e honorários advocatícios. E tanto isso é verdade, que não houve impugnação por parte do Apelante, e o juiz, não obstante não ter concedido o referido benefício, prosseguiu com o processo até a sua extinção sem resolução do mérito.

3. O juiz *a quo*, mesmo julgando improcedente o pedido, não condenou os Apelados ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estando a sua atitude correta, porque adotar outra postura é ignorar o princípio do amplo acesso à justiça, posto que os autos dão conta da pobreza dos Apelados para o pagamento dos respectivos encargos.

4. Ademais, a jurisprudência também é uníssona no sentido que o termo miserabilidade deve corresponder à falta de recurso para prover as despesas processuais, não cabendo a ela suportar tais ônus, sob pena de restrição ao acesso ao Judiciário.



12

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

15 057

5. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente recurso.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo nº 199085-8/01, da Comarca de Recife, em que figuram como Agravante o Estado de Pernambuco e como Agravado Clodoaldo Rodrigues Monteiro e OUTRO,

Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em **negar** provimento ao Recurso de Agravo em análise, tudo de conformidade com os votos anexos, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 04 de maio de 2010.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Relator



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

15

058

13

SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO Nº Nº 199085-8/01 (2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE RECIFE)

RECORRENTE: Estado de Pernambuco

RECORRIDO: JOSÉ GALDINO RODRIGUES E OUTRO

RELATOR: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

RELATÓRIO

Trata-se do Recurso de Agravo interposto pelo Estado de Pernambuco, impugnando decisão terminativa da lavra desta Relatoria, exarada nos autos da Apelação Cível nº 199085-8, em apenso.

Recurso tempestivamente interposto.

A decisão questionada (fis. 85/89 dos autos em apenso) negou provimento ao apelo voluntário interposto pelo Estado de Pernambuco, por considerar que a sentença estava acorde com a jurisprudência majoritária do Superior Tribunal de Justiça.

Aduz o Recorrente, em síntese: que para proferir a dita decisão, este julgador partiu da premissa de que o Apelado seria beneficiária da justiça gratuita. Ocorre que, quando o juiz trabalhista remeteu os autos à justiça comum, e o juízo competente determinou a adequação do novo procedimento, os Apelados deixaram transcorrer *in albis* o prazo, não podendo, pois, serem beneficiários da justiça gratuita por sua própria inércia.

Pugna pela retratação da decisão vergastada e, caso assim não proceda esta Relatoria, seja o presente recurso levado a julgamento perante a competente Câmara.

É o que de relevante se tem a relatar.

VOTO

Senhores Desembargadores. Senhor Procurador de
Justiça.

Mantenho a mesma persuasão que norteou o Relator originário quando da prolação do *decisum* ora impugnado.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

15

059

14

Inicialmente, os Apelados ajuizaram Reclamação Trabalhista contra o Estado de Pernambuco, requerendo as verbas trabalhistas decorrentes da extinção de contrato de trabalho temporário.

Dentre vários pedidos, requereram o benefício da justiça gratuita e anexaram vários contra-cheques demonstrando que recebiam salários inferiores a R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais). Depois de o Estado de Pernambuco, em sede de contestação, ter suscitado a incompetência absoluta da Justiça do Trabalho para processar e julgar a lide, os autos foram remetidos à Justiça Comum.

Intimado para emendar a inicial, adequando-a ao procedimento ordinário, os Apelados quedaram-se inertes, tendo o juízo extinguido o processo sem análise do mérito, em face do que dispõe o art. 267, IV do CPC, por falta de interesse processual, sem custas e honorários advocatícios.

O Estado de Pernambuco apelou, requerendo a condenação dos Apelados nos honorários advocatícios com base no artigo 20 do CPC.

A Lei nº 1.060/50 no seu artigo 2º, diz que gozarão dos benefícios da justiça gratuita aqueles que necessitarem ingressar em juízo e forem pobres na forma da lei. Ademais, no seu parágrafo único estabelece que se considera necessitado, para os fins legais, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

Outrossim, essa mesma lei disciplina que para a concessão do benefício basta a simples afirmação da parte, na petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.

Como dito acima, além dos Apelados terem requerido os benefícios da justiça gratuita, eles acostaram aos autos seus contra-cheques, demonstrando que percebiam quantia incompatível para o sustento e o pagamento de custas e honorários advocatícios.

E tanto isso é verdade, que não houve impugnação por parte do Apelante, e o juiz, não obstante não ter concedido o referido benefício, prosseguiu com o processo até a sua extinção sem resolução do mérito.

Correta, pois, a atitude do juiz *a quo* de não condenar os Apelados ao pagamento de custas e honorários advocatícios. Adotar outra postura é ignorar o princípio do amplo acesso à justiça, posto que os autos dão conta da pobreza dos Apelados para o pagamento dos respectivos encargos.

Nesse sentido, o STJ já pacificou o entendimento de que, para a concessão dos benefícios da justiça gratuita, basta a simples afirmação da parte nos autos, *in verbis*:



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

15

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. JUSTIÇA GRATUITA INDEFERIDA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 07/STJ. IMPOSSIBILIDADE.

I. É entendimento desta Corte que "pelo sistema legal vigente, faz jus a parte aos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família (Lei n. 1.060/50, art. 4º), ressalvado ao juiz, no entanto, indeferir a pretensão se tiver fundadas e motivadas razões para isso (art. 5º)" (AgRgAg nº 216.921/RJ, Quarta Turma, Relator o Senhor Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJ de 15/5/2000).

II. "Havendo dúvida da veracidade das alegações do beneficiário, nada impede que o magistrado ordene a comprovação do estado de miserabilidade, a fim de avaliar as condições para o deferimento ou não da assistência judiciária." (AgRg nos Edcl no AG n. 664.435, Primeira Turma, Relator o Senhor Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 01/07/2005).

III. Se o Tribunal de origem reconheceu que o agravante não se enquadra na situação de pobreza, a pretensão deduzida no recurso especial implica no reexame da matéria fática, não podendo o mesmo ser admitido, nos termos da Súmula n. 07/STJ.

IV. Agravo improvido.

(PROCESSO: AgRg no Ag 714359/SP; AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 2005/0170197-0; RELATOR: Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR; ÓRGÃO JULGADOR: T4 - QUARTA TURMA; DATA DO JULGAMENTO: 06/06/2006; DATA DA PUBLICAÇÃO/FONTE: DJ 07.08.2006 p. 231 - sem grifos no original).

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO QUE NEGOU SEGUIMENTO A AGRAVO, POR FALTA DE PREPARO, TIRADO DE DECISÃO QUE INDEFERIU OREQUERIMENTO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA - OBSTÁCULO AO ACESSO À JUSTIÇA - RECURSO PROVIDO.

I - Pelo sistema legal vigente, faz jus a parte aos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários



061
16

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

15

de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família (Lei n. 1.060/50, art. 4º), ressalvado ao juiz, no entanto, indeferir a pretensão se tiver fundadas razões para isso (art. 5º).

II - Criada, no caso concreto, situação na qual fica a parte impossibilitada de obter o exame da decisão denegatória da gratuidade, em segundo grau de jurisdição, em razão da alegada hipossuficiência financeira, concede-se a segurança para que o recurso tenha regular prosseguimento, com o exame do mérito da pretensão nele deduzida, a fim de que as garantias constitucionais do acesso à Justiça e do duplo grau de jurisdição sejam preservadas.

III - Recurso ordinário conhecido e provido.

(PROCESSO: RMS 9346/RJ; RECURSO ORDINARIO EM MANDADO DE SEGURANÇA 1998/0001416-0; RELATOR: Ministro WALDEMAR ZVEITER; ÓRGÃO JULGADOR: T3 - TERCEIRA TURMA; DATA DO JULGAMENTO: 04/02/1999; DATA DA PUBLICAÇÃO/FONTE: DJ 12.04.1999 p. 142 JSTJ vol. 5 p. 255).

Ademais, a jurisprudência também é uníssona no sentido que o termo miserabilidade deve corresponder à falta de recurso para prover as despesas processuais, não cabendo a ela suportar tais ônus, sob pena de restrição ao acesso ao Judiciário. Tem-se, a esse respeito, julgados do e. STJ, cujas ementas peço vênha para colacionar:

PENAL E PROCESSUAL PENAL - VÍTIMA POBRE - MOMENTO DE COMPROVAÇÃO - NÃO SUJEIÇÃO AO PRAZO PREVISTO NO ART. 38, DO CPP - PRECEDENTE.

- A comprovação de miserabilidade jurídica da vítima não está condicionada ao prazo previsto no art. 38, do CPP (determina o prazo de seis meses para o oferecimento da representação), podendo sua prova ser produzida posteriormente. Precedentes.

- **De outro lado, o termo "miserabilidade" não significa que a vítima deva estar vivendo em estado de miséria absoluta. Na realidade o termo retrata aquelas pessoas que não podem arcar com os honorários advocatícios, sem prejuízo do seu sustento.**

- Ordem denegada.

(STJ - HC 22756/SP, Relator: Ministro Jorge Scartezzone, Órgão Julgador: Quinta Turma, data do julgamento: 08/10/2002 - sem grifos no original)



062 / 17

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

15

PROCESSUAL E CIVIL. AÇÃO DE DESPEJO - BENEFICIÁRIO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - CONDENAÇÃO EM DESPESAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS DE ADVOGADO - RECURSO ESPECIAL - DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL - PARTE JURIDICAMENTE POBRE - ISENÇÃO DAS DESPESAS, CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - APLICAÇÃO DO ART. 3. DA LEI 1.060/1950.

I. PARTE BENEFICIÁRIA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA FICA ISENTA DO PAGAMENTO DE QUAISQUER DESPESAS PROCESSUAIS, BEM COMO DE HONORÁRIOS DE ADVOGADO, INCLUSIVE DA PARTE CONTRÁRIA.

II. A PARTE CONSIDERADA JURIDICAMENTE POBRE NÃO PODE SUPORTAR OS CUSTOS DA LITIGANCIA, SOB PENA DE SE INVIABILIZAR O SEU DIREITO DE ESTAR EM JUÍZO.

III. SO SÃO DEVIDAS AS CONDENAÇÕES PECUNIÁRIAS DECORRENTES DA NATUREZA DA AÇÃO, INAPLICÁVEIS AS DEMAIS, DE NATUREZA PROCESSUAL.

IV. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(STJ – Resp 91700/RJ, Relator: Ministro Anselmo Santiago, Órgão Julgador: Sexta Turma, data do julgamento: 09/04/1997 – sem grifos no original).

Por outro lado, ressalte-se que a presunção da pobreza dos Apelados é relativa e que, se mais tarde restar provado que a pobreza não mais existe, é possível a cobranças das despesas processuais.

Ante todo o exposto, não tendo as argumentações do agravante infirmado os fundamentos da decisão proferida por esta Relatoria, voto pelo não provimento ao presente recurso.

É como voto.

Recife, 04 de Maio de 2010.


Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Relator